

EXAME DE TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO

Responda, em termos sucintos mas fundamentados, às seguintes questões:

- a) António, residente em Lisboa, foi contactado por uma empresa do Porto, que lhe propôs a celebração de um contrato de trabalho. Entusiasmado com essa possibilidade, António enviou a Bento, seu senhorio, uma carta destinada a pôr fim ao contrato de arrendamento da casa em que vivia. No entanto, já depois de confirmada por Bento a aceitação da cessação do referido contrato de arrendamento, a tal empresa do Porto comunica a António que já não o pretende contratar, porque entrou em situação de insolvência. António pretende assim recuar na sua intenção de fazer cessar o seu contrato de arrendamento, sendo no entanto confrontado com a posição de Bento que apenas está disponível para celebrar um novo contrato, com uma renda substancialmente superior.

Pode António impor a Bento a manutenção do anterior contrato de arrendamento, sem qualquer alteração das suas condições iniciais?

- b) De partida para umas longas férias, António encarregou Bento de cuidar da sua casa, deixando-lhe para esse efeito uma procuração em que lhe atribuiu poderes para “praticar todos os actos que se mostrem necessários ou convenientes à conservação” da referida casa, “segundo o exclusivo critério de Bento”. Passados uns meses, esclarecendo que a casa era de António, Bento contratou Carlos para pintar a casa de branco, porque detestava casas pintadas de amarelo. Carlos concluiu o trabalho, pretendendo agora receber o valor acordado com Bento. No entanto, António recusa pagar esse montante, porque “nada tem que ver com aquele contrato celebrado entre Bento e Carlos”. De igual modo, Bento recusa pagar, porque sempre disse que a casa era de António.

Pode Carlos, com fundamento no contrato celebrado, exigir o pagamento do montante em causa a António ou a Bento?

- c) António, atenta a lei aplicável ao exercício da sua profissão, está legalmente impedido de deter participações em sociedades comerciais. Pediu então a Bento, seu amigo, que – usando dinheiro que António lhe entregaria – adquirisse a Carlos uma quota numa sociedade por quotas. Depois, quando António se

reformasse, Bento “passaria” a referida quota para o nome de António. No entanto, dois anos depois, a sociedade em causa foi declarada insolvente e António desinteressou-se da mesma. António contactou então Carlos dizendo-lhe que este tinha de lhe devolver o dinheiro pago por Bento, contra a devolução da quota adquirida por este.

Diz António que, uma vez que Bento tinha sido o seu “testa de ferro”, o contrato entre Bento e Carlos deveria, afinal, valer como um contrato entre António e Carlos. Assim sendo, porque a transmissão de quotas teria de ser celebrada por escrito (conforme disposição legal imperativa) e ainda porque António não poderia adquirir participações em sociedades comerciais, o referido contrato era inválido.

Tem Carlos forma de se opor a esta pretensão de António?

- d) Há cerca de dois anos, António, ao regressar de Moçambique, mostrou a Bento umas estátuas que trouxe. Bento, manifestamente impressionado com a beleza das referidas estátuas, comenta-as com Carlos que, querendo passar por entendido em arte africana, refere a Bento que aquelas estátuas serão valiosíssimas no futuro, porque raras e da autoria do melhor escultor moçambicano da actualidade, embora ainda pouco conhecido. Julgando fazer um óptimo negócio e esperando que António não tivesse consciência do “tesouro” que tinha em mãos, Bento propõe comprar as referidas estátuas a António, por 500 euros, o que muito surpreendeu António, que as tinha adquirido por cerca de 10 euros. Ainda assim, António aceitou de imediato.

Há cerca de um mês, Bento foi a Maputo e constatou que as ruas estavam cheias de vendedores a vender, por 10 euros, estátuas rigorosamente iguais às suas.

Pode Bento exigir a devolução, por António, dos 490 euros que entende que lhe pagou em excesso?

Duração do exame: 3 horas;

Exame com consulta;

Cotação individual das perguntas: 1/4 para cada questão.